

Graça Maria Rio-Torto

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; riotorto@ci.up.pt

Organização de redes estruturais em morfologia

0. A presente reflexão tem por objecto o estudo do modo como se organizam e como se reorganizam, uma vez que a língua se encontra em permanente actividade e mutação, aquilo a que chamarei territórios estruturais dos afixos.

Por território estrutural entende-se o domínio de actuação de cada operador afixal, nele se incluindo a classe categorial e semântica da(s) base(s) a que se acopla, e bem assim as propriedades inerentes do próprio afixo, à cabeça das quais as propriedades semânticas, categoriais, argumentais e aspectuais, quando presentes.

Num primeiro momento serão descritos os modos como se podem organizar os afixos de um mesmo paradigma derivacional. Num segundo momento analisam-se as relações de co-existência entre afixos de silhueta formal aparentemente idêntica, mas com funcionalidades diferentes, no caso derivacional e flexional.

Na primeira situação (cf. §1.), trata-se de operadores com natureza e funcionalidade idênticas, mas com história e idiosincrasias próprias que, além de moldarem a fisionomia identitária de cada um, poderão determinar algumas das marcas de singularidade de um operador no seio dos demais operadores que integram o mesmo paradigma funcional.

Na segunda situação (cf. §2. e §3.), porque se trata de afixos com natureza funcional diferenciada, mas com estrutura formal aparentemente idêntica, é de todo o interesse observar o modo como uns e outros se organizam e se reorganizam, e as repercussões que essa dinâmica tem nos sistemas afixais e morfológicos da língua.

Para a teoria morfológica o conhecimento desta realidade constitui um campo de observação privilegiado do modo como se correlacionam e se articulam os diferentes factores estruturais que, em rede, co-existem num dado momento histórico, e que explicam as relações de co-ocorrência, de alternância ou de concorrência, particularmente interessantes quando se trata de estruturas formalmente próximas, mas com valores funcionais diversos.

O modo como são solucionadas as relações de coexistência entre operadores com este perfil permite conhecer as coordenadas essenciais das linhas de continuidade ou de fragmentação, de convergência ou de divergência que travejam a constante (re)organização dos sistemas afixais.

1. Organização intraparadigmática e interparadigmática

Um paradigma derivacional integra os recursos e os processos morfo-lexicais que desempenham uma mesma função derivacional, ou seja, os afixos e as operações que asseguram uma mesma relação semântico-derivacional (aos níveis léxico-conceptual e categorial) entre base e produto. Cada paradigma genolexical define-se por uma dada identidade semântico-categorial, e tem ao seu serviço um conjunto de recursos derivacionais entre os quais avultam os afixos.

Assim, os recursos afixais de um dado paradigma partilham as seguintes propriedades:

- (i) seleccionam as mesmas classes categoriais e as mesmas classes léxico-conceptuais de base e
- (ii) formam produtos com a mesma classe categorial e semântica.

Para além destas propriedades em comum, cada afixo pode ter propriedades inerentes ou combinatórias mais específicas, acoplando-se, por exemplo, de forma preferencial ou impositiva, a bases com determinadas propriedades de subcategorização, ou até mesmo propriedades idiossincráticas e singulares, atribuindo ao produto uma marca de género sistemática e imutável.

1.1. Relações interparadigmáticas

Os paradigmas derivacionais mantêm entre si relações de contraste ou de oposição, que podem ser mais intensas, ou menos intensas (Rio-Torto, 1998).

O paradigma de formação de verbos, sejam de adjectivais ou denominais, está nos antípodos dos paradigmas de formação de nomes e de adjectivos deverbais, uma vez que no primeiro caso as bases são nomes ou adjectivos e os produtos são verbos, e no segundo caso são estes que figuram como bases, sendo os nomes e os adjectivos os derivados. Contudo, esta situação de antinomia não se subsume apenas nas relações categoriais mencionadas, mas acima de tudo nas correspondentes relações de categorização léxico-semântica, que contrastam a classe do nome e do adjectivo com a do verbo.

No entanto, porque o conjunto dos paradigmas derivacionais configura o sistema derivacional duma língua, há paradigmas que mantêm relações de proximidade e de vizinhança.

As afinidades entre paradigmas que comungam idênticas relações categoriais ou relações semânticas similares faz com que a imagem que melhor representa as relações interparadigmáticas seja a de um contínuo balizado bipolarmente, em que os termos estabelecem uma relação de aparência de família. Assim, os diferentes paradigmas mantêm conexões estreitas, não apenas bilaterais, mas também plurilaterais, sejam de contiguidade, de adjacência, de transversalidade ou de contraste, num (entre)cruzamento dialógico constante próprio dos factos sociais e de língua.

Figuram em áreas contíguas, por partilharem relações de afinidade ou de intersecção mais acentuadas (Rio-Torto 2004), os nomes de propriedade/qualidade de adjectivais (1), os nomes atitudinais (*palbaçada* ‘atitude de (quem é) palhaço’, em (2)) e os nomes colectivos (*palbaçada* ‘conjunto de palhaços’ (3)).

- (1) a *criancice/ingenuidade* deles não tem limites
- (2) foi uma *palbaçada* indescritível
- (3) a certa altura, apareceu na “feira de Março” uma *palbaçada* imensa, que assustou algumas crianças, mas que conseguiu animar e divertir muitas outras.

Por seu turno, os nomes de "acção" deverbais (*aprisionamento, arrumação, falatório*) têm conexões sensíveis com os deverbais que acumulam uma leitura locativa (*acampamento, alojamento, arrecadação, albergaria, dormitório, velório*) e, por afinidade categorial, com os "agentivos" deverbais, alguns dos quais podem ser interpretados também como locativos (*corredor*). Acresce que os “nomina actionis” não só podem ter sentido colectivo (*policiamento, arbitragem*), como denotar estados, propriedades, comportamentos, atitudes (*arrependimento, comedimento, consideração, moderação, satisfação, sofrimento*), estabelecendo pontes com os nomes de atitude denominais (*camaradagem, vassalagem*) e com os “nomina quantitatis” (*ladroagem*).

A correlação entre os “nomina agentis” deverbais (*talbante, entalbador*) e os adjetivos denominais (*azeiteiro, carnicheiro*) faz-se por via dos designadores de actividade profissional (*pedreiro, vaqueiro, toureiro, areeiros ‘extractores de areia’, maquinista, violeiro, violinista*), ou instrumentais (*secador [de cabelo], cortante [cf. indústria de cunbos e cortantes]*). Por sua vez, existem afinidades entre os nomes de acção/processo e os de evento, especialmente quando sufixados em *-ada* (*calinada, palbaçada, cotovelada*). Forte é também a coarticulação entre os locativos (*laranja, areal*) e os nomes de quantidade. Por último, os “nomina quantitatis” mantêm relações com os nomes de propriedade, mormente quando o operador é *-agem* (*criadagem, vassalagem*).

1.2. Relações intraparadigmáticas

No interior de cada paradigma os afixos que, por definição, desempenham a mesma função derivacional básica, não são absolutamente equivalentes uns aos outros.

Em tese, os afixos podem ser alternantes ou concorrentes entre si. Contudo, na prática, raras vezes a alternância, porque pressupõe equivalência, é efectivamente possível ou absoluta. Exemplos como os que se seguem (4) podem ser considerados equivalentes, competindo entre si.

- (4) a. *o Pedro está magríssimo*
- (4) b. *o Pedro está magríssimo*
- (4) a. *o que ela fez foi uma burriedade de todo o tamanbo*
- (4) b. *o que ela fez foi uma burrice de todo o tamanbo*

As formações neológicas que criativamente as crianças produzem são um excelente exemplo da equivalência de operadores isofuncionais, ao mesmo tempo que atestam o não domínio da selecção afixal consagrada pelo uso ou pela tradição. Exemplos dessas alternativas neológicas são os que se seguem (5)-(9), e que foram por mim própria registados em elocuições espontâneas, em registo familiar, com crianças que costumam partilhar o espaço vivencial em que este texto é gizado (F: sexo feminino) .

- (5) Tu estás hoje muito *mandoso* (por *mandão*) F: 5,7
- (6) Tive de aturar aquela criatura *irritosa* (por *irritante*) que é a Sara F: 7, 7

(7) Mãe: — Estes colegas são da Galiza.

Filha: — Então são *galizianos!* (por *galegos*) F: 8,0

(8) Olha, aqui não há *separagem* (por *separação*) do lixo! F: 8,1

(9) Mãe: — Tenho de apontar na agenda, senão esqueço.

Filha: — Mais uma *apontação* (por *apontamento*) que tens de fazer F: 8, 3

No entanto, o mais das vezes os afixos de um mesmo paradigma funcional comportam-se como co-variantes distribuídas em regime de complementaridade, pelo menos parcial, determinada pelas características da base a que se acoplam, pelas propriedades que delas seleccionam e/ou pela especialização semântica a cada um associado.

Nos paradigmas derivacionais que se caracterizam pela coexistência de grande número de afixos, as modalidades de coexistência mais salientes são a que envolvem relações de complementaridade/de disjunção, não raro parcial, de concorrência ou de alternância. A concorrência competitiva cessa quando dá lugar à prevalência de uma estrutura sobre outra(s).

Os afixos distribuem-se em função da especificidade semântica de cada um e/ou em função de propriedades específicas (morfológicas, de subcategorização, semânticas) da base a que se acoplam.

Nomes de propriedade

Se contrastarmos *-ismo* com *-ice* ou com *-idade*, constatamos que ao primeiro está associada uma significação de sistematicidade, própria de um sistema de pensamento, conceptual, filosófico ou mental (10), que *-ice* ocorre em denominações de atitudes marcadas negativamente, em virtude também da própria carga negativa que caracteriza a base (11), e que *-idade* não é marcado por nenhum dos traços apontados a *-ismo* ou a *-ice*, ocorrendo em substantivos que denotam a propriedade abstractamente considerada do que a base representa (12).

(10) *catolicismo, logicismo, misticismo, racionalismo*

(11) *bajulice, criançice, palermice*

(12) *genialidade, genuinidade, singularidade, racionalidade, rusticidade*

O contraste entre os termos dos seguintes pares (13)-(15) ilustra as características apontadas.

(13) *patriotismo* e *patriotice*: este último é marcado negativamente; o primeiro é não marcado, denotando a expressão ou a manifestação sistemática da propriedade da base.

(14) *militantismo* e *militantice*: este último é marcado negativamente; o primeiro é não marcado, denotando a expressão ou a manifestação sistemática da propriedade da base; *militância* é o nome não portador de marca disfórica ou de sistematicidade.

(15) *demagogismo, demagogice* e *demagogia*: este último é nome não portador de marca sémica avaliativa particular; o segundo é claramente portador de marca negativa, carregada por *-ice*, e explicita um juízo ou uma atitude desfavorável relativamente ao que o nome denota, por parte do falante que o usa; o primeiro remete para um conteúdo de sistema(ticidade), induzido por *-ismo*.

Tal não obsta a que em *amiguismo* se faça sentir uma significação negativa, procedente não do sufixo, mas da carga negativa da própria base, e que opacifica a de sistematicidade que normalmente se associa ao sufixo.

No que diz respeito às propriedades de base preferenciais de alguns sufixos, pode invocar-se como exemplo as que são predominantemente seleccionadas por *-idade*, por *-ura* e por *-idão*.

O sufixo *-ura* selecciona preferencialmente adjectivos com origem em participios passados desflexionados, regulares ou irregulares, que têm na fronteira direita do seu radical o segmento /t/, e que preservam a marca aspectual de telicidade [+télico]. Os nomes *abertura*, *compostura*, *fartura*, *desenvoltura*, *gastura*, *soltura* assim o atestam.

As bases adjectivas a que se acopla o sufixo *-idão* são bases de estrutura morfológica simples que denotam predominantemente propriedades cromáticas (*amarelidão*, *escuridão*, *vermelhidão*) ou outras (*lentidão*, *sofreguidão*).

Já *-idade* é, dos três em referência, o sufixo que mais tendência tem para seleccionar bases morfológicamente derivadas, sejam em *-al* (*teatralidade*), em *-ar* (*exemplaridade*), ou em *-ic-* (*cromaticidade*, *poeticidade*).

Adjectivos denominais

Dentro do paradigma de formação de adjectivos denominais verifica-se uma distribuição complementar, ainda que não absoluta, da significação associada a alguns sufixos, havendo um conjunto de sufixos que tendencialmente imprime ao produto uma significação de semelhança (16) e de posse (17), para mencionar apenas estas duas. Em todo o caso, estas significações, conquanto bastante regulares, não são sistemáticas, conjugando-se muitos outros factores, à cabeça dos quais a acentuada ductilidade por que se caracteriza a significação dos adjectivos de base, para explicar a diversidade semântica dos adjectivos denominais.

(16) *-esc-* (*príncipesco*, *animalesco*) e *-óide* (*animalóide*, *esferóide*)

(17) *-ent-* (*calorento*, *sedento*), *-os-* (*orgulhoso*, *raivoso*), *-ud-* (*cabeçudo*, *classudo* (*PBrasil*), *ossudo*, *sisudo*)

No âmbito do mesmo paradigma os sufixos *-ês* e *-ense* acoplam-se predominantemente a nomes locativos, assim se explicando que os adjectivos denotem tendencialmente o "natural, proveniente, habitante de Nb" (18).

(18) a. *dinamarquês*, *francês*, *genovês*, *japonês*, *tailandês*, *tirólês*

b. *aveirense*, *faialense*, *guineense*, *ovarense*, *timorense*, *torriense*, *viseense*

Estes sufixos ocupam, conjuntamente com muitos outros que formam adjectivos étnicos ou gentílicos, um mesmo espaço funcional. Mas porque se trata de sufixos com o mesmo étimo, o segundo é marcado com o traço [+erudito].

Estes, como outros sufixos congêneres, raramente se sobrepõem, mesmo que parcialmente (cf. *compostelano* e *compostelense*), como se pode observar em *canadiano* e *canadense*, o primeiro usado em Portugal e o segundo no Brasil. Como veremos adiante, os sufixos tendem a distribuir-se complementarmente, obviando assim a uma proliferação desnecessária de adjectivos equivalentes, ilustrada em (19).

(19) *brasileiro* e *brasílico*, *peruano* e *peruense*, *limiano* e *limiense*, *japonês* e *japônico*

Em relação aos adjectivos de (19), porque em cada par os sufixos envolvidos são formalmente e geneticamente diferentes, se houve concorrência ela terá ocorrido em épocas pretéritas, não se verificando já na nossa contemporaneidade. Em todos os casos uma das opções é presentemente marcada como mais (a)típica e icónica do que a outra. As denominações *brasileiro*, *peruano*, *limiano* e *japonês* são hoje em dia mais comuns que as alternativas apresentadas. Além de escassas, as sobreposições de produtos tendem a ser ultrapassadas pela eleição de um dos termos como mais comum e menos ou não marcado.

Os exemplos que se seguem não configuram uma situação exactamente análoga à anterior, uma vez que *-ês* e *-ense* representam variantes divergentes de um mesmo étimo.

(20) *norueguês* e *norueguense*, *mirandês* e *mirandense*, *arouquês* e *arouquense*, *japonês* e *japonense*.

Não obstante a coexistência de alternativas, não se trata verdadeiramente de sufixos em concorrência nem em distribuição complementar, pois que no presente também uma das configurações (*norueguês*, *mirandês*, *japonês*) é mais canónica que outra. Só no caso de *arouquês* se verifica uma especialização, já que este adjectivo se combina preferencialmente com nome de espécie (de carne) bovina (*raça arouquesa*), reservando-se *arouquense* para a denominação étnico-gentílica.

A menor disponibilidade de *-ês* neste domínio explica-se pela especialização que parece afectá-lo crescentemente. Uma das tendências que no presente se encontra em curva ascendente é a que consiste em utilizar o sufixo *-ês* como operador derivacional de nomes que denotam "linguagem/discurso própria/o ou típica/o de x" (*economês*, *eduquês*, *futebolês*, *jornalês*, *maternalês*, *mimalbês*, *modernês*, *psicanalês*, *sociologuês*, *televisês*). Esta tendência, a consolidar-se, terá certamente como contraparte uma valorização de *-ense* na formação de gentílicos e de étnicos.

Os sufixos até aqui analisados são heteromorfos, ou seja, têm configuração distinta uns dos outros.

Observemos agora um caso que envolve terminações aparentemente isomorfas, ou seja, com a mesma configuração, mas com estrutura e funcionalidades diferenciadas.

2. De como as aparências iludem

Um caso de aparente semelhança formal é o que envolve o sufixo derivacional *-ud-*, presente nos adjectivos denominais *barrigudo*, *cabeludo*, *sortudo*, e o chamado sufixo participial presente nos deverbais *teúdo/a*, *manteúdo/a*, *t(h)emudo*.

Importa explicitar que se trata de sequências de constituintes morfológicos com estatuto muito diferente.

O sufixo adjectivalizador *-ud-* presente em adjectivos denominais (*cabeludo*, *sortudo*) é um sufixo derivacional bissegmental, que se acopla ao radical nominal. A adunção de *-ud-* ao radical nominal dá origem ao radical adjectival derivado que, na sua fronteira direita, é acompanhado do marcador de classe e de género *-o/-a*. Neste sufixo a vogal [+alta] inicial /u/ faz parte do corpo do sufixo.

Os exemplos seguintes ilustram o processo derivacional que envolve o sufixo adjectivalizador *-ud-*. O Radical encontra-se representado por Rad. e A e N correspondem a adjectival e nominal.

- (21) a. $[[\text{sort}]_{\text{Rad.N}}^{[\text{ud}]}]_{\text{Rad.A}}$
 b. $[[\text{cabel}]_{\text{Rad.N}}^{[\text{ud}]}]_{\text{Rad.A}}$

No caso da sequência temático-participial *-u-d-o/a*, estamos perante a versão portuguesa duma estrutura latina cujo segmento consonântico era [-vozeado], ou seja, /t/¹. Na língua-mãe, /u/ representa a vogal temática do verbo, sendo /t/ o constituinte participial propriamente dito. O sufixo em causa é portanto monosssegmental ou unissegmental, já que /u/ preenche a fronteira final do tema verbal de base, a que se acopla a marca de participio /t/.

O esquema seguinte visualiza a estrutura participial em causa. Nele estão omissas as marcas casuais e de género, representando-se apenas a estrutura interna do radical participial.

Rad. = Radical
 VT = Vogal Temática
 TV = Tema Verbal

$[[[\text{x}]_{\text{Rad.V}}^{[\text{u}]_{\text{VT}}}]_{\text{TV}}^{[\text{t}]}]_{\text{Constituinte Participial}}]_{\text{Radical Participial}}$

Em português, no adjectivo denominal derivacionalmente construído o sufixo é *-ud-*, e na sequência temático-participial os constituintes morfológicos são *-u-d-*, sendo que /d/ é o constituinte participial e /u/ é a vogal temática que indica a classe conjugacional do radical do verbo, tal como se manifestava no português medieval.

O quadro que se segue sintetiza as diferenças.

Radical de base	Vogal Temática	Sufixo	Marcas de classe
verbal <i>perd</i>	<i>u</i>	participial <i>d</i>	<i>-o/-a</i>
nominal <i>sort</i>		derivacional adjectivalizador <i>ud</i>	<i>-o/-a</i>

O paralelismo sequencial entre *-ud-o/a*, presente em adjectivos denominais, e *-u-d-o/a*, presente em participios deverbiais, tem conduzido a uma distorcida descrição destas sequências, de tal modo que a estrutura que está à direita do radical (v.g. $[[\text{cabel}]_{\text{RNE}}^{[\text{u}]}]_{\text{RV}}$) de base é, nos dois casos, indevidamente percebida como estruturalmente idêntica, como se se tratasse de sequências com uma constituição interna igual. Mas assim não é de facto.

O que acontece será porventura o seguinte: ignorando as diferenças de constituição interna, e valorizando as semelhanças aparentes, que não estruturais, entre *-ud-* e *-u-d-*, a percepção do falante orienta-se para o conjunto que se encontra à direita do

¹ Como é sabido, na evolução do latim para o português, /t/ em contexto intervocálico foi afectado por sonorização, assim se explicando a sequência *-u-d-* da nossa língua.

radical, seja nominal (*-ud-*), seja verbo-participial (*-u-d-*), categorizando de igual modo o que efectivamente é diferente.

O facto de o constituinte participial /d/ não ter a estrutura fonotáctica mínima para poder ser usado como representante típico dum sufixo justificará o recurso à sequência mais comum, bissegmental e dissilábica (udo/uda), cuja primeira sílaba é preenchida por um núcleo (no caso o segmento vocálico /u/) e cuja segunda sílaba tem por ataque /d/.

Como pudemos observar, a configuração dos constituintes em jogo é *-ud-* para o sufixo derivacional denominal e *-u-d-* para a sequência temático-participial.

Em todo o caso, está certamente na apreensão holística dos constituintes à direita do radical (nominal e verbal) a sobreposição descritiva que tradicionalmente vem sendo feita destas sequências, encaradas como terminações ou desinências congêneres (ainda que uma seja derivacional e a outra flexional), e o teor da subsequente teorização que em redor delas é tecida.

Dela se fazem eco as seguintes palavras de Malkiel (1992: 12):

«Un método de análisis rara vez aplicado hasta ahora al material en disputa es preguntarse el investigador si el juego de las flexiones verbales y los sufijos de derivación, a consecuencia de su homonimia o mera semejanza, puede ejercer determinado influjo fomentando o bloqueando los unos a los otros».

Sendo conhecido que *-u-d-* foi substituído por *-i-d-* (cf. §3), e que *-ud-* pervive como afixo derivacional, importa averiguar de que modo vem sendo gerido o espaço funcional de cada sufixo, como se organizam as redes relacionais entre sufixos com uma configuração formal aparentemente tão próxima, que vias de alteração e de evolução foram e podem ser activadas em circunstâncias análogas, e quais as suas motivações e consequências.

Para dar resposta a estas questões, impõe-se analisar o percurso da sequência temático-participial *-u-d-* e do sufixo adjectivalizador *-ud-*, explicar as razões da substituição de *-u-d-* por *-i-d-*, e avaliar as repercussões dessa alteração no sistema afixal da língua. Esta reflexão permite alargar o âmbito da análise e problematizar, em termos de teoria morfológica, de que modo são geridas as relações entre as diferentes sub-áreas da morfologia, como se correlacionam e interagem os domínios e os operadores afixais.

Muito em concreto, a questão que Malkiel coloca é a da possibilidade de interinfluência entre sequências e afixos formalmente próxima/os ou isomorfa/os mas com valores funcionais diferentes. Os caminhos de cada um cruzam-se e reflectem-se uns nos outros? Com que consequências? Os afixos derivacionais e os flexionais interferem nos seus territórios estruturais? De que modo?

O caso em apreço tem a singularidade de o constituinte participial integrar uma das chamadas formas nominais do verbo, o que o poderá colocar a meio caminho entre os morfemas flexionais-funcionais e os lexicais. A reflexão subsequente permitirá ainda apurar em que medida esse estatuto híbrido de forma "nominal" do verbo tem alguma consistência funcional.

Pela observação do modo como as estruturas morfológicas se comportam, as terminações em epígrafe (*-ud-* e *-u-d-*) não tinham fortes probabilidades de vir a colidir, pois desde sempre asseguraram funções diferentes. Em todo o caso, porque ambas

ocorrem em formas categorizáveis ou recategorizáveis como adjectivos, em teoria, não será de excluir que os territórios estruturais de cada uma possam ter interagido e ter-se interinfluenciado. A reflexão subsequente elucidará esta questão.

3. As sequências temático-participiais *-u-t-*, *-u-d-* e *-i-d-*

A análise do comportamento das sequências temático-participiais *-u-t-*, *-u-d-* e *-i-d-* parte da premissa, exposta em 2., de que nestas sequências temático-participiais as vogais [+altas] /u/ e /i/ representam as vogais temáticas dos verbos que estão na base dos respectivos participios; /t/, em latim, como também /d/, em português, é o constituinte participial.

Cada uma das sequências participiais em epígrafe não representa um só sufixo, pelo que não é correcto continuarmos a descrevê-las como o sufixo *-udo* ou o sufixo *-ido*. Se, por facilidade de menção e de reconhecimento, houver necessidade de usar estas configurações, dever-se-á sempre ter consciência da verdadeira realidade morfológica em causa.

A sequência temático-participial *-u-t-* era a sequência típica dos verbos latinos de tema em *-u-* da terceira conjugação. Estes verbos, além de serem muito menos representativos que os de tema em *-a-* ou em *-i-*, pertenciam a uma conjugação que se caracterizava por maior heterogeneidade paradigmática, já que albergava verbos de tema em *-u-* e de tema em consoante.

A sequência temático-participial latina *-u-t-* que, no português antigo, se apresentava como *-u-d-*, viria a ser substituída por *-i-d-*. Tratou-se de uma mudança de série vocálica, já que se preservou o traço [+alto] da vogal temática. Mas quais as motivações desta mutação segmental, com repercussões morfofonológicas tão significativas, até no que à periodização da língua diz respeito?

Observemos a realidade da língua portuguesa, para indagar se há na sua estrutura razões que motivem directamente essa mutação.

À medida que a língua portuguesa vai ganhando personalidade própria, a sua identidade conjugacional assenta na coexistência de três paradigmas temáticos:

verbos de tema em <i>-a-</i>	verbos de tema em <i>-e-</i>	verbos de tema em <i>-i-</i>
------------------------------	------------------------------	------------------------------

Na língua portuguesa, como de resto na latina, os verbos de tema em *-a-* sempre foram os mais abundantes e os que integram processos afixais disponíveis para as enriquecer, como *-iz-*, *-ific-*, *-ej-*, *-e-* e a conversão em *-ar*.

Os verbos portugueses de tema em *-e-*, ainda que menos representados que os anteriores, também integram processos afixais, *-ec-* e *-esc-*, que permitem aumentar o seu caudal.

Só o universo dos verbos de tema em *-i-* não pode ser alargado com recurso a sufixos derivacionais, pois a língua portuguesa não possui sufixos verbalizadores que dêem origem a verbos desta classe temática.

Assim sendo, pareceria ser este o paradigma com melhores condições, desde logo também porque menos marcado, para incorporar verbos não sufixados. Mas não foi o que sucedeu aos verbos cujos participios estão aqui em análise, pois em português estes inscrevem-se na segunda conjugação.

Em nosso entender, a razão de ser desta inflexão segmental está no sentido da evolução verificada na língua-fonte, vindo a ser reforçada pela estrutura da língua de destino.

A hipótese que aqui se postula é a seguinte: o desaparecimento de *-u-d-* temático-participial e a sua substituição por *-i-d-* tem a ver com razões de natureza não fônica, como defende Malkiel, mas morfológica, e essencialmente conjugacional. Paralelamente, não se exclui que os domínios e os paradigmas flexional e derivacional co-existentes possam ter, em teoria, interferências entre si, mas no caso em análise essas interferências não envolvem os sufixos, singulativamente considerados.

Observemos então a rede de factores de natureza morfo-estrutural que explica os caminhos das mudanças que estes haveriam de tomar.

Uma das explicações para a substituição processada encontra-se na transformação que se operou na evolução do latim para o português.

O quadro que se segue visualiza a distribuição pelas diferentes classes conjugacionais das classes participiais em latim (clássico e vulgar) e em português (arcaico e moderno).

Para a transformação operada é crucial a redução do sistema participial trimembre que vigorava em latim e no português medieval para o sistema bimembre do português moderno.

Latim clássico	Latim vulgar	Português arcaico	Português moderno
1ª conjugação: -ā-tum	1ª conjugação: -ā-tum	-a-d-	-a-d-
2ª conjugação: -ē-tum	2ª conjugação: -ū-tum	-u-d-	-i-d-
3ª conjugação: -ī-tum	2ª conjugação: -ū-tum	-u-d-	-i-d-
4ª conjugação: -ī-tum	3ª conjugação: -ī-tum	-i-d-	-i-d-

Classes temático-participiais e sua distribuição pelas diferentes classes conjugacionais, em latim e em português (adaptado de Williams, 1975:§159)

Para a redução verificada muito contribuiu a absorção dos verbos da 3ª conjugação latina pelos verbos da segunda conjugação. Segundo Piel (1945, §8), já na segunda metade do século IV numerosos verbos da terceira conjugação flexionavam segundo o modelo desta. Também Nunes (1989: §40), a respeito da fusão dos verbos latinos de tema em /e/ longo com os de tema em consoante, assinala que cedo a terminação -u-tu- parece ter ganho a preferência no latim vulgar, em detrimento da terminação -ētu-, com /e/ longo.

São essencialmente de dois tipos os fundamentos que têm sido propostos para explicar o facto de a sequência temático-participial *-u-d-* ainda nos fins do período arcaico ter começado a ser substituída por *-i-d-*: um de natureza fonética, outro de natureza morfológica.

Yakov Malkiel ([1982] 1992: 135) considera que a mudança de /u/ para /i/ se justifica pela maior proximidade de /i/ (e não de /u/) com /e/ breve, presente nos verbos

latinos que viriam a apresentar participípios em /u/ (*metudo, perdudo, sabudo*). Nas suas palavras, «*-udo* was ousted by *-ido*, in tribute to the closer affinity of *i* to *e* than of *u* to *e*» (idem, *ibidem*)

Mas as alternativas que se colocavam a /u/ não se fundam em motivos de natureza fónica ou fonológica.

Sob o ponto de vista fónico, das alternativas que, em teoria, se apresentavam a /u/, segmento [+recuado, +alto], só (22) se encontrava disponível em português.

(22) vogal [-recuada, +alta]

Soluções do tipo (23) vogal [-recuada, -alta, -baixa] ou (24) vogal [-recuada, +baixa] não se incluíam no leque de configurações temáticas participiais da língua portuguesa, que à época já só contava com /a/, com /u/, em decadência, e com /i/ como vogais temáticas participiais.

A representatividade morfo-flexional acrescida da vogal [+alta] da série anterior explica-se não por razões fónicas, mas por razões morfológicas que de seguida se expendem, nelas se encontrando a razão da opção pelo segmento vocálico [-recuado, +alto].

A oposição a que foi feita referência entre dois grandes paradigmas conjugacionais – o da primeira conjugação *vs* o da segunda e da terceira conjugações –, e que representa o resultado da eliminação de contrastes que deixaram de ser relevantes, estende-se a outros tempos e modos, sustentando, assim, de modo substancialmente reforçado, a representatividade da classe temática em /i/.

Em concreto, tal como no participípio, também no Imperfeito do Indicativo, no Presente do Conjuntivo e até no do Indicativo se verifica uma convergência no que aos padrões flexionais diz respeito dos verbos da segunda e da terceira conjugações portuguesas (tema em *-e-* e *-i-*, respectivamente), que assim se opõem aos verbos da primeira conjugação (tema em *-a-*). O quadro seguinte ilustra o exposto.

	Verbos de tema em -a- (suportar)	Verbos de tema em -e- (receber)	Verbos de tema -i- (repartir)
Presente do indicativo (3ª pessoa, singular)	suporta	recebo	reparto
Imperfeito do Indicativo (3ª pessoa, singular)	suportava	recebia	repartia
Presente do Conjutivo (1ª/3ª pessoa, singular)	suporte	receba	reparta
Participípio Passado	suportado	recebido	repartido

Assim, a convergência que a adopção de *-i-d-* representa traduz-se numa **maior coesão do sistema flexional-conjugacional**, sendo essa força coesiva acrescida – claramente ascendente sobre qualquer motivação analógica (Piel, 1945, §59), de ténue poder probatório –, o motor propulsor da solução adoptada pela língua.

O paradigma temático em /i/ constitui, em português, um dos **pilares conjugacionais da língua**, pois incorpora uma vogal temática bastante representada e estruturante

de um macroparadigma flexional, que reúne duas classes conjugacionais. É enorme a relevância estrutural da substituição de /u/ por /i/ nas sequências participiais em referência, uma vez que ela constitui uma das marcas apontadas (Maia 1995, 24-28) como balizadora, a par com outras, da distinção entre português arcaico e português moderno.

A evolução da língua portuguesa haveria de confirmar a dicotomia entre primeira, por um lado, e segunda-terceira classes conjugacionais, por outro, nos temas do pretérito, com prevalência de *-i-*, não apenas em termos flexionais, mas também derivacionais.

Com efeito, nos nomes deverbais em *-ção* e em *-mento*, a vogal temática que precede o sufixo é *-a-* nos nomes cujos radicais verbais são de tema em *-a-*, e é *-i-* nos nomes que têm por base radicais de tema em *-e-* e em *-i-*.

O quadro seguinte ilustra a distribuição aqui configurada.

Classe conjugacional do Verbo de Base	Vogal Temática dos derivados	Nomes deverbais em <i>-ção-</i>	Nomes deverbais em <i>-ment-</i>
1ª conjugação:	<i>-a-</i>	<i>arreliação</i> <i>arrumação</i>	<i>loteamento</i> <i>recrutamento</i>
2ª conjugação:	<i>-i-</i>	<i>aparicação</i> <i>perdição</i> <i>rendição</i>	<i>arrefecimento</i> <i>varrimento</i>
3ª conjugação:	<i>-i-</i>	<i>deglutição</i> <i>fundição</i> <i>repartição</i>	<i>despedimento</i> <i>impedimento</i>

No que à cronologia da mutação diz respeito, a transição de /u/ para /i/ terá começado a ocorrer em meados do século XIII (*cozudo*, *entendudo*, *metudo*, *tolbudo*, *vendudo*), e terá estado concluída em princípios do século XVI.

Seria interessante averiguar em que medida as fronteiras finais dos radicais verbais tiveram influência determinante na substituição de /u/ por /i/. Segundo Carvalho (1999-2000), essa substituição ocorreu primeiro em verbos (i) terminados em dental (*entender*; *vender*; *meter*), alveolar (*conoscer*; *cre(s)cer*; *cozer*; *requerer*) e palatal (*encher*; *constranger*; *tolber*), depois em verbos (ii) terminados em bilabial (*romper*; *receber*; *saber*; *temer*) e labiodental (*sofrer*; *dever*) e finalmente em radicais verbais (iii) terminados em vogal em hiato com a vogal temática (*caer*; *creer*; *leer*; *teer*; *traer*; *veer*).

Se aprofundarmos a análise dos traços que distinguem o primeiro conjunto de segmentos do segundo (cf. Quadro seguinte, (i) e (ii), respectivamente), constatamos que o que os separa é essencialmente o carácter [±coronal], que marca positivamente o primeiro conjunto e negativamente o segundo. Relativamente ao traço [±anterior], este não parece ser o mais relevantemente distintivo, pois todos comungam dele à exceção dos segmentos palatais, e também estes integram o conjunto dos verbos em que mais cedo se fez sentir a erosão de *-u-d-*.

Fronteira final do radical verbal	[± anterior]	[± coronal]
(i)		
/d/	+	+
/t/	+	+
/s/	+	+
/z/	+	+
/r/	+	+
/l/	+	+
/f/	-	+
/ʒ/	-	+
(ii)		
/m/	+	-
/p/	+	-
/b/	+	-
/f/	+	-
/v/	+	-

Pelo exposto, não são de natureza fonológica as razões que subjazem à seriação cronológica das mutações verificadas, pois verbos houve terminados em /v/, como *(b)aver* e *dever* que se encontram entre os que mais resistência à mudança acusaram, persistindo *-u-d-* ainda no século XVI.

Em nosso entender, essa resistência à mudança prende-se com factores de outra natureza, nomeadamente gramatical, que não a fônica. Em causa estão verbos como *(b)aver*, *dever* e também *ter*, com funções gramaticais de grande relevância funcional na língua, sejam as de verbos auxiliares dos tempos compostos, ou a de um verbo modal como *dever*. Trata-se, pois, de **verbos com uma forte marca de gramaticidade**, que asseguram funções gramaticais cruciais, e não de verbos plenos, cujo semantismo é substituível por paráfrases ou por outras unidades lexicais de sentido equivalente. As alterações conjugacionais têm mais repercussões estruturais nos verbos funcionais que nos verbos plenos, sendo por isso menos mediatas naqueles que nestes.

Por conseguinte, a ordenação da mudança está intimamente ligada **ao peso e à relevância gramatical e funcional do verbo**, sendo essencialmente por esta determinada. Neste caso em que o morfológico se sobrepõe ao fonológico, o valor funcional sobrepõe-se claramente ao lexical.

4. O sufixo *-ud-* denominativo e adjectivalizador

Do universo de sufixos que formavam adjectivos denominativos em latim, *-ut-* não se encontrava no conjunto dos mais representados, até porque se associava predominantemente a nomes que denotavam partes do corpo (*cornutus*, *manutus*, *nasutus*), logo a um conjunto restrito de nominativos (Meyer-Lübke, 1895, §478). Este sufixo denota a presença ou a posse, em modalidade intensa, de uma propriedade ou das propriedades intensionadas pelo nome de base.

A fusão da quarta declinação com a segunda (cf. quadro seguinte) permitiu que a restrição de ocorrência de *-ut-* com nomes da quarta declinação se tornasse opaca, abrindo a possibilidade de este sufixo se combinar com bases de outras declinações (*barrigudo*).

Latim clássico	Latim vulgar
1ª declinação	1ª declinação
2ª declinação 4ª declinação	2ª declinação
3ª declinação 5ª declinação	3ª declinação

Declinações nominais em latim (Williams: 1975, § 13)

Em português não são muitos os adjectivos denominais em *-ud-*, até porque são também em número limitado os denotadores de partes do corpo ou de matéria humana (*barbudo, beicudo, braçudo, cabeçudo, cabeludo, carnudo, carrancudo, cornudo, coxuda, dentudo, espadaúdo, focinhudo, lanzudo, linguarudo, lombudo, mamudo, membrudo, narigudo, olbudo, orelbudo, papudo, peitudo, peludo, pencudo, rabudo, taludo, testudo, tetudo*).

Em todo o caso, o sufixo alargou um pouco o seu âmbito de acção (*abelbudo, fel-pudo, repolbudo*), acoplando-se também a nomes que denotam traços ou estados característicos ou caracterizadores do ser humano (*sanbuda, sisudo, sortudo, telbudo*), ou propriedades susceptíveis de lhe serem atribuídas (*belezuda, amorudo, classuda, façanbuda*). Em todo o caso, estes adjectivos denotam "que tem N em alto grau", "que possui (um(a)) grande N", "que tem muito/a N", em que N representa o denotado pela base nominal.

5. Sentido dos percursos

Qual o sentido da reorganização decorrente da substituição de *-u-d-* por *-i-d-*? Como se processou a reestruturação funcional das unidades remanescentes? Estiveram em jogo forças dispersivas, fragmentadoras ou, pelo contrário, forças impulsionadoras de confluência, de concentração e de coesão acrescidas?

Poder-se-á pensar que, quando há duas formas com uma configuração aproximada, o desaparecimento de uma pode dar lugar a uma transferência de valores para a que permanece e/ou a uma (re)valorização do seu peso relativo dentro do paradigma a que pertence. Os casos em apreço mostram que nem sempre é assim. O que aconteceu encontra-se representado em (25), sendo que os parêntesis significam o desaparecimento da forma em causa e as setas o sentido da evolução.

- (25) 1. (*-u-d-*) → *-i-d-*
 2. *-ud-* deriv → *-ud-* deriv

Ou seja, de forma mais esquemática (26), o percurso reorganizativo foi o seguinte:

- (26)
 1. desactivação de uma configuração temático-participial, que foi substituída por outra;
 2. persistência do sufixo adjectivalizador denominal num paradigma muito numeroso, mas continuando a ocupar lugar algo periférico.

Não houve lexicalização da sequência temático-participial *-u-d-*, tendo antes ocorrido o seu desaparecimento, a desactivação do constituinte temático /u/ e, com ele, da sequência temático-participial *-u-d-*, que viria a ser substituída, após um período de alternância e de coexistência de dois séculos, por *-i-d-*.

A substituição de /u/ por /i/ na sequência temático-participial representa uma forma de coesão conjugacional e de **reforço em termos de gramaticalização da flexão verbal**. Mas o desaparecimento da sequência temático-participial *-u-d-* não se repercutiu numa revalorização do estatuto de *-ud-* adjectivalizador, nem se traduziu numa optimização deste, que continuou acantonado na sua esfera territorial, dentro do vasto paradigma denominal. Não tendo tido lugar qualquer transferência para *-ud-* de valores semântico-lexicais de unidades congêneres, pode dizer-se que não houve dispersão nem concentração semântica.

Em paralelo, não houve absorção por *-ud-* do valor passivo de *-u-d-* participial. Os participípios *cozudo*, *entendudo*, *metudo*, *tolbudo*, *vendudo*, mesmo quando usados com valor adjectival, supõem uma marca de dinamicidade e de telicidade que está ausente dos adjectivos denominais, tipicamente estativos, em *-ud-* (*é/está barbudo* equivalem a tem inerentemente/incidentalmente barba(s) grande(s) e/ou desenvolvida(s), e não a ‘*é/está provido de barba’ ou a ‘foi provido de barba, por exemplo, na adolescência’).

Em *o João já foi barbudo* explicita-se um estado passado em que o João se apresentava com barba grande ou aparatosa. Ou seja: em *o João já foi barbudo* não está disponível nem é activada uma leitura passiva de *barbar*, como acontece com *o João foi apambado pela polícia*, mas apenas é possível uma leitura estativa do adjectivo denominal, análoga à que caracterizaria os adjectivos *friorento* ou *preguiçoso*, no mesmo contexto.

Um traço que aproxima tenuemente, e em circunstâncias ilocutórias específicas, as estruturas em análise é uma marca avaliativa de intensidade que, nos registos expressivos, as caracteriza.

Esse traço é visível nos poucos exemplos de utilização isocategorial de *-ud-* (*boazuda*, *rombudo*), e num dos casos singulares de utilização criativa de *-u-d-* em participio verbal. Refiro-me a *caluda*, usado injuntivamente, com claro valor intensivo. Mas trata-se de um só exemplo, que não anula nem representa o conjunto. Os traços essenciais não passaram de uma classe para a outra.

É chegado o momento de fazer um balanço final e de avaliar as repercussões em termos de teoria morfológica dos comportamentos observados.

A evolução histórico-lexical da língua portuguesa permite atestar a inexistência de interferências entre *-u-d-* e *-ud-*, e que os destinos de um e de outro sempre foram paralelos. Os percursos de *-u-d-* participial e *-ud-* derivacional não se cruzaram um com o outro, quer porque ao desaparecimento do primeiro não correspondeu ou se sucedeu um aumento de vitalidade do segundo, quer porque não houve transferência de valores nem no sentido da gramaticalização nem no da lexicalização (Hopper & Traugott, 1993).

Nestes casos uma e outra estruturas permanecem em pólos opostos da escala flexão-derivação, contribuindo para uma valorização da hipótese separacionista da flexão e da derivação, e portanto para uma concepção enfraquecida de morfologia (‘split morphology’ (Booij 1996)), defendida pela Hipótese Lexicalista Fraca e pela ‘distributed morphology’, de que são partidários, entre outros, Heidi Harley & Rolf Noyer.

Nem o facto de a sequência temático-participial *-ud-* ocorrer nas chamadas formas nominais do verbo, estando portanto a meio caminho entre as formas flexionais puras e as adjectivais típicas, fez convergir os valores identitários de cada uma.

Com efeito, apesar de integrarem uma forma nominal do verbo, /t/ e /d/ comportam-se como 'f-morphemes' (Harley & Noyer, 1998), sendo impositivos sempre que está em jogo o participio, e não tendo possibilidade de alternar com outra estrutura isofuncional, de que de resto a língua não dispõe. De forma homóloga, *-ud-* comporta-se como 'l-morpheme' (Harley & Noyer 1998) típico.

Em relação aos primeiros, que representam categorias funcionais, e que não têm, ao contrário dos segundos, possibilidade de serem não imperativos, não há, pois, qualquer vestígio de um eventual processo de desgramaticalização. Pelo contrário, a nivelção ('levelling', segundo Hock 1991) que a eliminação de *-u-d-* por *-i-d-* representa traduz-se por um reforço coesivo dos paradigmas verbo-flexionais, com reflexos sensíveis em alguns paradigmas derivacionais. Mas na génese dos processos mutacionais descritos estão, antes do mais, motivações de natureza morfológica, que se prendem essencialmente com a (re)estruturação conjugacional da língua.

BIBLIOGRAFIA

- BOOIJ, Geert (1996), "Inherent versus contextual Inflection and the Split Morphological Hypothesis", in BooiJ, Geert & Jaap Van Marle (ed), *Yearbook of Morphology 1995*, Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Publishers, pp. 1-16.
- CARVALHO, Maria José (1999-2000), "Cronologia(s) da substituição da terminação participial *-udo* por *-ido* no português medieval (sécs. XIII-XVI)", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, pp. 381-409.
- HARLEY, Heidi e NOYER, Rolf (1998), "Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the Encyclopaedia", in Harley, Heidi (ed.), *MITWPL 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*. Cambridge, MITWPL, pp. 119-137.
- HOCK, Hans H. ([1986] 1991), *Principles of Historical Linguistics*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 2nd ed.
- HOPPER, Paul e TRAUGOTT, Elisabeth (1993), *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAIA, Clarinda (1995), "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre **português arcaico** e **português moderno**", *Diacrítica* vol. 10, pp. 3-30.
- MALKIEL, Yakov (1992), "La pérdida del participio pasado en **-udo**", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XL, nº 1, pp. 11-28.
- MALKIEL, Yakov ([1982] 1992), "Infinitive endings, conjugation classes, nominal derivational suffixes and vocalic gamuts in Romance" in Malkiel, Yakov (ed), *Diachronic studies in lexicology, affixation, phonology. Edita and inedita 1979-1988*, vol II, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins, pp. 105-138.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1895), *Grammaire des langues romanes* (traduction par Auguste Doutrepoint e Geroges Doutrepoint), Tome II: Morphologie. Paris, H. Welter Éditeur.
- NUNES, José Joaquim Nunes (1989), *Compêndio de gramática histórica portuguesa - Fonética e Morfologia*, 9ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- PIEL, Joseph (1945), *A flexão verbal do português. Estudo de morfologia histórica*, Separata de Biblos, vol. XX.
- RIO-TORTO, Graça (1998), *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*, Porto, Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça e CONCEIÇÃO Anastácio (2004), "Estrutura e interpretação dos nomes depredicativos em português", in Rio-Torto, Graça (coord.), *Verbos e nomes em português*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 187-220.
- WILLIAMS, Edwin B. (1975), *Do latim ao português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

